



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 15 de março de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Iranduba sai ganhando com construção da ponte..... CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Governo tem Planos para Iranduba ECONOMIA	2
JORNAL DO COMMERCIO Governo tem Planos para Iranduba (continuação)..... ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Custo & Benefício..... ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Crescimento da indústria e falta de infraestrutura OPINIÃO	5
A CRITICA MÃOZINHA' FEDERAL..... CAPA	6
A CRITICA Governo afrouxa regras..... POLITICA	7
A CRITICA EM 2010 ECONOMIA	8
A CRITICA TERREMOTO NO JAPÃO..... ECONOMIA	9
A CRITICA cartas..... CIDADES	10
AMAZONAS EM TEMPO EM 2010 ECONOMIA	11
AMAZONAS EM TEMPO Recursos..... ECONOMIA	12
DIÁRIO DO AMAZONAS Prêmio Qualidade será entregue dia 24 CAPA	13
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA.....	14
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA.....	15
DIÁRIO DO AMAZONAS PIM se adapta para evitar falta de insumos japoneses..... AMAZONAS	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Serviços superam indústria no PIB AMAZONAS	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústria manterá ritmo lento durante o ano, indica CNI BRASIL	18
DIÁRIO DO AMAZONAS COMÉRCIO..... BRASIL	19
DIÁRIO DO AMAZONAS Empresas instaladas na orla vão ser fiscalizadas AMAZONAS	20

Irاندuba sai ganhando com construção da ponte

POR LIVIA PIRES

Um dos oito que compõem a Região Metropolitana de Manaus, Irاندuba (a 34 km da capital) é atualmente o município mais beneficiado pela principal obra do governo estadual, a ponte sobre o rio Negro. A cidade vai receber grandes benefícios a partir deste ano, com a aplicação de dois Planos de Ação

para o seu desenvolvimento.

O secretário-geral da SRMM (Secretaria da Região Metropolitana de Manaus), René Levy Aguiar, destaca dois Planos de Ação que afetam diretamente Irاندuba: o Plano Metropolitano, que prevê beneficiamento para os oito municípios, e o Plano Urbanístico da Margem Direita do Rio Negro.

Página A6

Governo tem Planos para Iranduba

Planejamentos de curto, médio e longo prazos da SRMM vão beneficiar o município

POR LIVIA PIRES

O município de Iranduba (a 34 km da capital), um dos oito que compõem a Região Metropolitana de Manaus e atualmente o mais beneficiado com a principal obra do governo, a ponte sobre o rio Negro, vai receber grandes benefícios a partir deste ano com a aplicação de dois Planos de Ação para o seu desenvolvimento. O secretário-geral da SRMM (Secretaria da Região Metropolitana de Manaus), René Levy Aguiar, contextualiza as medidas tomadas para a região com destaque para dois Planos de Ação que afetam a localidade.

Segundo o secretário da SRMM, o Plano Metropolitano, que prevê beneficiamento para os oito municípios, e o Plano Urbanístico da Margem Direita do Rio Negro, Iranduba, foram contratados ainda em 2009. O último é um detalhamento deste Plano Metropolitano para uma área específica de Iranduba, aquela na área de influência direta da ponte naquele município.

Os dois planos foram entregues em novembro de 2010 ao governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, e o Plano da Margem Direita também foi entregue à Prefeitura de Iranduba, por se tratar de projeto de uso e ocupação do solo, o que exige condição específica e legal do município. Cabe ao prefeito Nonato Lopes submeter

o plano à Câmara Municipal, segundo René Levy.

que o ordenamento legal da ocupação é feito pela prefe-

ciativa privada, assim como a própria prefeitura. "E isso depende dos recursos que se está pleiteando e que se vai buscar", disse.

O financiamento do estudo do plano ficou a cargo do Fundo da Região Metropolitana, instituído junto com a criação da SRMM. Já os recursos para a sua execução podem ser da União, Estado e municípios.

Segundo o secretário, o Plano Metropolitano, que prevê beneficiamento para os oito municípios, e o Plano Urbanístico da Margem Direita do Rio Negro foram contratados ainda em 2009

Sobre o funcionamento do plano, Levy reiterou

que, enquanto as ações são aplicadas pelo governo, ini-

Governo tem Planos para Iranduba (continuação)

Indústrias e incentivo fiscal para toda a área

De acordo com Levy, a área arrecadada à União/Incra, de aproximadamente 109 km², situada no entorno imediato da 'cabecceira da ponte', está agora sob o domínio fundiário do Estado, o que significa que o governo estadual pode fazer intervenções da forma que melhor lhe aprouver, e que atenda aos interesses da população, segundo o secretário.

São 10 km a montante ou acima da ponte, subindo o rio Negro; 10 km abaixo da ponte; e 5 km adentrando o município. Totalizando o polígono de 109 km² da área que, inclusive, segue processo para ser ampliada.

Neste espaço, segundo o secretário, existe o ordenamento proposto para que se criem áreas específicas de diferentes funções apontando para atividades econômicas, sejam industriais ou comerciais, assim como para atividades relacionadas à habitação.

Nesse caso, com a implantação de residências em vários níveis, para população de baixa renda, como o PMCMV (Programa Minha, Casa Minha Vida, da Caixa) e de condomínios residenciais de alto luxo. Além de atividades relacionadas ao turismo, como as destinadas à implantação de resort e hotelaria.

Expansão de incentivos

René Levy lembra que desde 2008 o governo do Estado encaminhou o pleito à Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), e ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), com o intuito de expandir os incen-

tivos da ZFM (Zona Franca de Manaus) a toda a área da Região Metropolitana.

O plano está sendo debatido como um dos itens programáticos do governador Omar Aziz, e que também já foi levado à presidente eleita, Dilma Rousseff, no sentido de

Neste espaço, existe o ordenamento proposto para que se criem áreas específicas de diferentes funções apontando para atividades econômicas

apoiar esta iniciativa do governo do Amazonas que já vem trabalhando nesta questão há quase dois anos.

As indústrias instaladas lá entrarão no contexto fiscal da ZFM à medida que esta área for estendida. Elas receberão os incentivos, como as empresas de cerâmica, de madeira (palet) e látex (preservativo) já presentes no município.

Com relação ao acesso à cidade, "é possível que se faça transferência do marco do km 0 da AM-070 para outro ponto do Cacao Pirêra, porque a rodovia vai ter outro acesso", adiantou o secretário. A rodovia, com quatro pistas de rolamento, duas para cada sentido, com acostamento e ciclovia, segue o padrão do acesso da via que liga a ponte à AM-070.

Custo & Benefício

MARCO DASSORI

Economia desacelera, mas BC e mercado ainda apostam na inflação

Talvez ainda seja cedo para fazer prognósticos para a economia neste ano. Sabe-se que o ano só começa mesmo depois do Carnaval e 2011 começa atípico: com novo governo e com o feriado caindo em um período posterior ao tradicional. De concreto, até o momento, em meio a muitas estatísticas defasadas, apenas a constatação de que o setor produtivo desacelerou. A perda de ritmo, percebida já nos últimos meses de 2010, se deve principalmente aos efeitos das (necessárias, embora amargas) políticas de restrição ao consumo tomadas pelo Governo Federal. A mais conhecida delas é o aumento paulatino na taxa básica de juros, turbinando ainda mais o custo real do dinheiro no Brasil, o maior do mundo.

Por conta disso, o motor da economia em 2010, o crédito, sofreu novo estrangulamento em março, conforme pesquisa do Procon/SP, divulgada ontem. As taxas de juros para empréstimo pessoal e cheque especial avançaram para 5,42% e 9,31% por mês, respectivamente. Os números representam aumentos respectivos de 0,03% e 0,02% nas duas modalidades de crédito. Na análise da instituição, a tendência ainda é de alta.

Inadimplência volta a crescer

Na ponta do consumo, os efeitos já se fazem sentir, embora talvez não da forma esperada pelo Banco Central. O pesado endividamento carregado pelo consumidor, um problema que vinha se apresentando nos meses de crédito fácil e barato de 2010, foi uma das principais razões apontadas pela Serasa Experian para o aumento de 25,4% no nível de inadimplência das famílias na comparação do primeiro bimestre de 2011 com igual período do ano passado. Trata-se, destaca a empresa, da

maior alta registrada pelo indicador em nove anos. Isso, a despeito de o confronto mensal apontar para uma acomodação dos números: houve recuo de 2,3% em fevereiro, o segundo nessa base de comparação.

Vale ressaltar que a pesquisa mais recente da CNDL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas), divulgada na semana passada, já indicava uma expansão de 10,23% no nível de calote na comparação de fevereiro deste ano com o mesmo mês de 2010. O mesmo levantamento aponta também um recuo na passagem de 4,99% entre janeiro e fevereiro, o que poderia apontar para acomodação. O presidente da entidade, Roque Pelizzaro Junior, contudo, avisa que "o índice nesse patamar sinaliza luz amarela" para o setor e que "o varejo deve aumentar as exigências na hora de vender à prazo.

Apesar da desaceleração apresentada pelos principais índices de inflação e das previsões mais otimistas dos economistas responsáveis pelas pesquisas, o mercado continua cético em relação ao assunto. Analistas ouvidos pelo Banco Central na pesquisa semanal Focus voltaram a elevar a previsão do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), deste ano de 5,78%, para 5,82%. A projeção para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), por outro lado, foi reduzida de 4,29% para 4,10%. Já a expectativa do mercado para a taxa básica de juros permaneceu em 12,50%.

Aperto também se faz sentir na indústria

Se a ducha de água fria na demanda leva a um cenário de estouro na bolha de consumo, como o Banco Central deseja, também há sinais cada vez mais evidentes que o remédio afetou a oferta. Pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) informa que a atividade do setor permanece moderada neste ano. O nível de UCI (Utilização da Capacidade Instalada) subiu apenas 0,2% entre dezembro e janeiro - de 82,4% para 82,6%. Em relação a janeiro, o incremento foi maior (1,4%).

O faturamento real das empresas, contudo, apresentou recuo entre janeiro e dezembro (-1,3%), na segunda queda registrada na base comparativa com o mês anterior. O mesmo ocorreu com a massa salarial real (-15%), embora a CNI ressalve que o movimento negativo é normal para a época e deve ser interpretado como uma sazonalidade.

A boa notícia é que o número de contratações cresceu 0,2% na mesma comparação, a despeito da atividade indus-

trial seguir em ritmo moderado. A pesquisa mais recente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o assunto, também referente a janeiro, informa que o emprego industrial avançou 2,7% no confronto com igual mês de 2010. O mesmo instituto salienta, que o incremento é o menor desde março do ano passado e que o confronto com dezembro gerou queda de 0,1% na rubrica. O IBGE informa ainda que a produção industrial sofreu um tombo de 2,6% entre abril de 2010 e janeiro de 2011.

Dólar barato também atrapalha

Para o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), mais que o aperto no consumo, a principal razão para perda de fôlego na produção e emprego da indústria é o volume crescente de importações, turbinadas pelo dólar barato. Em nota distribuída ontem à imprensa, a entidade destaca que "os sinais para se traçar uma tendência do emprego neste início de ano não são animadores".

Apesar dos prognósticos mais cinzentos deste ano, lideranças do PIM (Polo Industrial de Manaus) ouvidas pelo *Jornal do Commercio*, como o 1º vice-presidente da Fiem (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Athaydes Mariano Félix, apostam em alta nas contratações para as linhas de produção fabris em 2011, embora em patamares mais tímidos do que os do ano passado: 3% no primeiro semestre. Mais otimista, o presidente do Sinaes (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletroeletrônicos Similares de Manaus), Wilson Périco, aposta em aumento de 10% a 13% no nível de emprego dos parques fabris da capital até dezembro.

A CNI, por seu lado, salienta que o (tímido) crescimento industrial de 2011 não deve gerar pressões inflacionárias. Segundo o economista chefe da entidade empresarial, Flávio Castelo Branco, esse problema só ocorreria em caso de incapacidade da indústria de elevar sua produção. "A origem das pressões inflacionárias recentes está nos preços internacionais ou no setor de serviços e não no setor industrial", esclareceu o especialista, na primeira divulgação formal do setor em 2011. É algo a ser ponderado, só falta combinar com o Banco Central.

Esta coluna é publicada às terças-feiras e é elaborada sob a coordenação do editor de Economia e de Primeira Página do *Jornal do Commercio*, Marco Dassori mdassori@cam.com.br

Crescimento da indústria e falta de infraestrutura

Eustáquio Libório

A expansão do faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) no ano passado, quando atingiu US\$ 35,09 bilhões com incremento de 35,17% em relação a 2009, e de 16,57% se comparado aos doze meses de 2008, deixou as lideranças empresariais do pólo de Manaus animadas e com expectativas otimistas para o corrente exercício, fato que já começa a ser corroborado pelos números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho da produção industrial no país, em janeiro comparado com dezembro de 2010, ficou em 2,5%, embora a análise dos 14 locais pesquisados demonstre que metade dos Estados teve índices positivos enquanto a outra parte ficou no vermelho.

Puxaram a locomotiva de quem teve incremento os Estados do Espírito Santo com 9,4%; Paraná, com 9%. Bahia teve expansão de 2%, Ceará 1,4%, Amazonas 0,8%, São Paulo 0,7% e Nordeste 0,1%. Tiveram queda:

Goiás (-4,6%), Pará (-4,1%), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ambos com -2,3%), Pernambuco (-1,6%), Minas Gerais (-1,2%) e Santa Catarina (-0,4%).

Quando a comparação é entre janeiro de 2011/2010, o quadro é o seguinte: Paraná 18,4%, Espírito Santo 9,3%, São Paulo e Pará (ambos com 3,6%) e Minas Gerais 3,1%. Tiveram taxa positiva ainda Santa Catarina 2,4% e Amazonas 0,6%. Já Ceará (-9,5%) e Bahia (-9,4%) tiveram baixas acentuadas, influenciadas, respectivamente, pela menor produção nos setores têxtil e de

produtos químicos. Outros resultados negativos: região Nordeste (-6,1%), Rio Grande do Sul (-5,5%), Pernambuco (-2,2%), Goiás (-1,0%) e Rio de Janeiro (-0,2%).

No caso do Amazonas, o crescimento inferior a 1% dá indicações de que, mantido o desempenho de janeiro, o exercício de 2011 teria uma expansão da produção industrial no nível de 7,5%, muito abaixo das estimativas dos executivos do PIM. Entretanto, o primeiro trimestre é sempre um período de baixa atividade na indústria, fato que deve ser levado em conta quando os números

são projetados.

Por outro lado, as articulações para obter maiores investimentos do governo, nas três esferas, começa nesta semana com a entrega, em Brasília, a representantes de pelo menos sete ministérios, de documento onde é explicitada a necessidade de aplicar pelo menos R\$ 14 bilhões na região com a finalidade de reduzir as limitações impostas por gargalos infraestruturais que vão das vias esburacadas do Distrito Industrial à construção de novos portos e ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, além de outras medi-

das em áreas diversas, mas que impactam na produção e escoamento dos produtos fabricados em Manaus.

Como o titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) está evitando vir a Manaus, resta aos parlamentares da bancada amazonense se articularem para pressionar a administração federal a dar mais atenção ao Polo Industrial de Manaus.

EUSTÁQUIO LIBÓRIO é administrador de empresas e acadêmico de jornalismo.
liborio.eus@uol.com.br

MÃOZINHA' FEDERAL

BR-319 será beneficiada por nova regra ambiental

Governo deve anunciar nas próximas semanas dispensa de estudo de impacto ambiental na concessão de licenças para obras em rodovias já construídas. **PÁG. A6**

Governo afrouxa regras

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUGURSAL) - O Governo da presidenta Dilma Rousseff começa a dizer a que veio especialmente com relação às obras de infraestrutura e aos conflitos surgidos internamente por causa das licenças ambientais. A Casa Civil, o Ministério dos Transportes e do Meio Ambiente vão anunciar, nas próximas semanas, um pacote de decretos que dispensará estudos de impacto ambiental para licenciar obras de duplicação, manutenção das estradas e ferrovias já construídas que estejam sendo utilizadas, incluídas no Sistema Nacional de Viação. E um desses empreendimentos a ser beneficiado será a BR-319 que liga Manaus a Porto Velho.

Dentro do Governo, um ponto de discussão nesse licenciamento rápido são as obras na Amazônia e a BR-319 entra nesse debate. No entanto, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pode contar com um aliado de primeira hora para ver seu sonho político se realizar: a pavimentação da "estrada da integração". Diferentemente do que pensava gestores que o antecederam, o novo presidente do Ibama, Curt Trennepohl, um "ambientalista consciente", como ele mesmo costuma se rotular, diz que é ilógico fazer um estudo ambiental completo para a recuperação ou asfaltamento de uma rodovia já aberta, como é o caso da Manaus-Porto Velho, com trânsito desde a década de 1970.

"O que é preciso analisar são os impactos que serão causados pela melhoria dessa rodovia, pois, o eventual dano à flora já ocorreu. Agora, é necessário analisar o impacto que será causado pelo deslocamento humano", disse Trennepohl em recente entrevista ao jornal "Valor Econômico".

A recuperação da BR-319,

com a provável liberação da licença ambiental, à espera, no Ibama, desde a gestão do ex-presidente Marcus Barros e da ex-ministra do MMA, Marina Silva, é destaque na última reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" que trata sobre os decretos que vão simplificar as exigências ambientais.

Lembra que a luta para o asfaltamento da rodovia foi um dos motivos de crise entre o setor de transportes e meio ambiente no Governo do presidente Lula, quando o então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, chegaram a ficar sem se cumprimentar por causa da rodovia. Antes de sair, Lula decidiu que o Exército passaria a

ser o guardião da BR-319, com 870 quilômetros de extensão, transformando-a em estrada-parque a partir de 2013.

Caberá ao Exército comandar todas as ações de proteção ao meio ambiente, além da manutenção e da conservação da rodovia.

Por exigência dos órgãos ambientais, o Dnit retomou os estudos de impacto ambiental (Eia-Rima), já feitos pela Universidade Federal do Amazonas, mas rejeitados pelo Ibama, que exigiu mais amostras da fauna típica da estigagem e do período chuvoso. Se sair a licença, as obras, no trecho central de 370 quilômetros, recomencem a partir de junho deste ano, conta o jornal paulista.

Personagem



Alfredo Nascimento

MINISTRO DOS TRANSPORTES

"Animado para alçar outros voos"

O anúncio dos decretos presidenciais que vão simplificar as regras e exigências dos licenciamentos ambientais para grandes obras, principalmente aquelas já existentes, traz ao mi-

nistro Alfredo Nascimento um alento porque poderá cumprir uma de suas primeiras promessas quando assumiu o Ministério dos Transportes em 2003: asfaltar a BR-319. Foi eleito senador, em 2006, com essa bandeira e viu sua candidatura ao Governo do Estado, no ano passado, fugir das mãos, em grande medida porque não resolveu a questão político-ambiental travada no seio do próprio Governo em relação à licença ambiental. Agora, com Dilma presidenta e com um chefe do Ibama rezando na mesma cartilha, Alfredo se anima em alçar outros voos na política do Amazonas.

Em números

#

4

Projetos do Ministério dos Transportes estão sendo executados na Amazônia: as BRs 319 (Mao-Porto Velho), 230 (Transamazônica), 163 e 364.

16

Bilhões de reais é quanto vai custar o programa de restauração e manutenção das rodovias federais nos próximos cinco anos.

EM 2010

PIB do Amazonas passa dos R\$ 58 bi

Quantia resulta de uma estimativa feita pelo Governo do Estado

Estimativa do Governo do Amazonas aponta que o Estado fechou o ano de 2010 com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 58,290 bilhões, o que representaria um crescimento de 13,8% comparado ao último resultado apurado pelo IBGE, em 2008, quando ficou em R\$ 46,8 bilhões.

A soma dos bens e serviços produzidos no Estado, de acordo com o chefe do Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações (Depi) da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), Ézio Lacerda, foi feita com base na divulgação do PIB nacional do ano passado pelo IBGE. Conforme esse indicador, o PIB amazonense equivaleria a 1,58% do Brasil durante os últimos cinco anos.

O setor que mais contribuiu para o resultado do Amazonas em 2010, conforme estudos realizados pelo Depi, foi o de serviços, que inclui a atividade comercial, e somou R\$ 24,4 bilhões do PIB. A indústria ficou em segundo lugar e respondeu, no mesmo período, por R\$ 21,7 bilhões. Para Lacerda, esses índices refletem o êxito das políticas industriais e econômicas adotadas pelo Governo do Amazonas desde 2003.

"Estamos colhendo os frutos dos inúmeros incentivos fiscais concedidos pelo Governo às indústrias, o que possibilitou resistência aos impactos da crise de 2009", avalia Lacerda.

PROJEÇÕES

A estimativa da Seplan é a de que até 2014, ano em que Manaus sediará jogos da Copa do Mundo de Futebol, haja um salto significativo no PIB, podendo chegar a R\$ 82,7 bilhões, na esteira de investimentos em áreas como infraestrutura, mobilida-

Em números

#

24,4

Bilhões de reais é quanto o setor de serviços deverá render ao Produto Interno Bruto do Amazonas em 2010, conforme projeção feita pelo Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações (Depi) da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan).

de urbana e hotelaria, entre outros. "Este ano, devido ao deslanche das obras para a copa, como a da Arena da Amazônia, o produto interno deve fechar em R\$ 64,5 bilhões", projeta Lacerda.

Pelos cálculos da Seplan, o nú-

mero de postos de trabalho, entre diretos e indiretos, também tende a avançar com os novos investimentos devendo ultrapassar a marca de 168 mil até o ano do mundial de futebol. Ao longo desse período, afirma Lacerda, a soma da produção de riquezas deverá ser elevada a cada ano, sendo R\$ 70,1 bilhões em 2012; R\$ 75,5 bilhões no ano seguinte; e R\$ 82,7 bilhões no ano da Copa.

"Estima-se, ainda, que o PIB da capital amazonense poderá ocupar a quarta posição no ranking entre as demais capitais brasileiras, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília", adianta o chefe do Depi. "Todos esses fatores evidenciam que a economia do Amazonas tomou o rumo certo. Nossa expectativa é seguir gerando cada vez mais investimentos, empregos e renda à população."

TERREMOTO NO JAPÃO

Por enquanto, sem efeito no PIM

Empresas de origem japonesa aqui instaladas ainda não sentiram os impactos da catástrofe natural em seus negócios na ZFM

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Os efeitos do devastador terremoto que atingiu a costa nordeste do Japão ainda não refletiram na produção das fábricas japonesas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares (Sinaees), Wilson Périco.

De acordo com dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), há 37 empresas japonesas no PIM. Boa parte é do ramo de duas rodas (14), como as líderes nacionais Honda e Yamaha, seguida do segmento de eletroeletrônico (5).

"Pelo menos por enquanto, não temos nada de impacto para as indústrias do polo em relação à material ou insumos que venham da Ásia. E não teve nenhuma empresa aqui que manifestou problema em suas unidades nas regiões mais afetadas", disse Périco, solidarizando-se com as perdas de milhares de vidas do povo japonês.

A assessoria da Yamaha Motor da Amazônia informou que ainda não há impacto na fábrica em Manaus, porém serão realizadas reuniões e novos posicionamentos nos próximos dias. O momento na Honda também é de avaliação dos possíveis danos. As duas empresas compram boa parte dos insumos e partes de peças de fornecedores locais.

Comércio

Na área do comércio, a princípio, não há nenhum problema em relação às áreas afetadas do Japão, pois a compra do comércio de japonês é "praticamente nenhuma", diz o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas, Ralph Assayag.

No Japão, todas as fábricas da Yamaha Motor e escritórios estão funcionando e os gestores ainda estão determinando ações e procedimentos. Um funcionário da empresa de vendas ficou ferido. "Sem essas decisões, ainda não

se tem nenhum plano de contingente", destacou a assessoria.

"As motos japonesas grandes acima de 450 cilindradas devem ficar prejudicadas, porque por mais que as fábricas de lá com unidades aqui não tenham sido atingidas com o terremoto estão com dificuldades de energia, transporte. Então vai ficar difícil produzir e exportar essas motos para Manaus, onde são montadas", disse o presidente da Associação das Indústrias de Serviços do Polo Industrial de Manaus (Aficam), Cristóvão Marques, lembrando que muitos insumos vem da China.

Conforme levantamento no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), nos dois primeiros meses deste ano o Amazonas exportou para o Japão US\$ 880.841 e importou US\$ 233.544.954, um déficit na balança comercial de US\$ 232.664.113. A Argentina, que está no topo das exportações, comprou do Amazonas US\$ 52.769.683 neste ano.

Leia mais na página C3

cartas

SEM LIMITES

A gula do Partido dos Trabalhadores

A gula política do PT não tem limites. Eles querem Suframa, Sudam, Sudeco, Funasa e tudo mais o que houver. Como o PMDB também não quer perder sua fatia ge-

nerosa de poder, eis que está declarada a guerra pelos cargos dos diversos escalões da República. É um vale tudo de rasteiras, conchavos, mentiras e ameaças, onde o maior perdedor é o cidadão brasileiro! Aliás, o Amazonas, pretensamente tão amado pelo presidente Lula, já começa a sentir o efeito Dilma, uma mãe não tão carinhosa com os seus filhos do Norte. Na verdade, apesar de aparentemente “prestigiados”, nossos representantes são vistos com desconfiança pelo fato de serem extremamente individualistas e desunidos!



DANIEL MELO
MANAUS - AM

EM 2010

PIB do Estado ultrapassa R\$ 58,2 bi

O Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas alcançou R\$ 58,29 bilhões em 2010, segundo estimativa do governo do Estado. O montante representa um crescimento de 13,8% se comparado com o último resultado apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, quando ficou em R\$ 46,8 bilhões. O destaque veio do setor de serviços amazonense, com o melhor desempenho no ano passado.

A soma dos bens e serviços produzidos no Estado, de acordo com o chefe do Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações (Depi) da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), Ézio Lacerda, foi feita com base na divulgação do PIB nacional do ano passado pelo IBGE. Conforme esse indicador, o PIB amazonense tem representado em

torno de 1,58% do total do PIB do Brasil durante os últimos cinco anos.

O setor que mais contribuiu para o resultado do Amazonas em 2010, conforme estudos realizados pelo Depi, foi o de serviços, que inclui a atividade comercial, e somou R\$ 24,4 bilhões do PIB. A indústria ficou em segundo lugar e respondeu, no mesmo período, por R\$ 21,7 bilhões. Para Lacerda, esses índices são reflexo, principalmente, do êxito das

políticas industriais e econômicas adotadas pelo governo do Amazonas desde 2003.

Estimativa de R\$ 82,7 bi em 2014

A estimativa da Seplan é a de que até 2014, ano em que Manaus sediará jogos da

Copa do Mundo de Futebol, haverá um salto significativo no PIB, que deverá alcançar R\$ 82,7 bilhões. Essa evolução é atribuída aos crescentes investimentos em áreas como infraestrutura, mobilidade urbana e hotelaria, entre outros. "Este ano, devido ao deslanche das obras para a Copa, como a da Arena da Amazônia, o produto interno deve fechar em R\$ 64,5 bilhões", projeta Lacerda.

Pelos cálculos da Seplan, o número de postos de trabalho, entre diretos e indiretos, também tende a avançar com os novos investimentos devendo ultrapassar marca de 168 mil até o ano do Mundial de futebol. Ao longo desse período, a soma da produção de riquezas deverá ser elevada a cada ano, sendo R\$ 70,1 bilhões em 2012; R\$ 75,5 bilhões no ano seguinte; e R\$ 82,7 bilhões no ano da Copa.



Recursos

Em 2010, recursos do FAT atingem R\$ 11,17 bilhões

O saldo positivo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) atingiu R\$ 11,17 bilhões em 2010, crescimento de 53,4% em relação a 2009, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

As receitas do fundo no período tiveram elevação de 16,8%, para R\$ 40,92 bilhões, enquanto as despesas subiram 7,2%, para R\$ 29,74 bilhões. O balanço mostra que a maior parte dos recursos vem da contribuição PIS/Pasep

(R\$ 28,76 bilhões), enquanto as receitas de remunerações repassaram R\$ 10,2 bilhões.

A maior fatia das despesas, por outro lado, continua sendo o pagamento de Seguro Desemprego, com gastos de R\$ 20,44 bilhões (crescimento de 4,5%) no ano passado.

O FAT responsável pelos pagamentos do Seguro Desemprego e Abono Salarial, além do financiamento da qualificação profissional e

intermediação de mão-de-obra, por meio do Sine (Sistema Nacional de Emprego).

Dos recursos que constituem a receita do FAT, 40% são repassados ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para aplicação no financiamento em programas de desenvolvimento econômico. Os outros 60% destinam-se ao pagamento do Abono Salarial e ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego.

Prêmio Qualidade será entregue dia 24

Catorze empresas do Polo Industrial de Manaus vão participar da sessão de aclamação das vencedoras na etapa estadual da 14ª Edição do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT) no

dia 24, no Clube do Trabalhador do Amazonas. Lançado em julho de 2010, o prêmio estimula as empresas a investirem na qualidade de vida do trabalhador e em melhorias no trabalho.

CAPA

**Ipaam fiscalizará
empresas na orla
do Rio Negro**
AMAZONAS 10

CAPA

DEMANDA FABRICANTES DE ELETROELETRÔNICOS, COMO A SONY, AVALIAM REMANEJAR IMPORTAÇÃO DE PARTES E PEÇAS

Tragédia no Japão põe em alerta importação de insumos do PIM

AMAZONAS 7 | Fabricantes do Polo Industrial de Manaus (PIM) estudam importar insumos de fornecedores de fora do Japão, que passa por racionamento de energia após o terremoto e o tsunami que afetaram usinas nucleares do país. O Japão é o terceiro maior fornecedor do PIM e neste ano enviou US\$ 233,5 milhões em partes e peças para Manaus.

PIM se adapta para evitar falta de insumos japoneses

Os impactos do fornecimento de componentes japoneses para o Polo Industrial de Manaus (PIM) vai exigir a adaptação das empresas locais para importar insumos de outros países e evitar os possíveis atrasos provocados pela catástrofe que abala aquele País.

Atualmente, o Japão é o terceiro maior exportador de insumos para o PIM. Só no primeiro bimestre deste ano, foram importados daquele país US\$ 233,5 milhões, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Com a falta de energia e o perigo de novos terremotos, muitas empresas japonesas tiveram que paralisar suas atividades, entre elas, a Sony Corporation, que teve que encerrar a produção em seis fábricas nas cidades de Miyagi e Fukushima.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cicam), Maurício Loureiro, algumas fábricas que importam insumos do Japão podem obter os mesmos componentes em outras regiões para suprir as necessidades. "A Panasonic e a Sony, por exemplo, possuem fábricas em outros países", observa.

Em Manaus, a Sony produz toda a linha de televisores e aparelhos de áudio destinados ao mercado nacional. A Sony da Amazônia informou, através de sua assessoria, que "a empresa ainda está ava-

liando os potenciais impactos na cadeia produtiva", mas que em uma primeira análise, não haverá danos à produção. A empresa está estudando a situação e deve emitir um comunicado oficial sobre o assunto em alguns dias.

A Moto Honda da Amazônia, que tem sua matriz em Tóquio e é a maior fábrica do PIM, afirmou através da assessoria de comunicação, que a planta brasileira possui 96% de nacionalização, com o apoio de

38 fábricas componentistas instaladas em Manaus. De acordo com a empresa, a produção de Manaus independe de insumos japoneses e um impacto na produção regional foi descartado.

Para Loureiro, os incidentes no Japão não devem causar impacto na produção em Manaus, pois as áreas mais afetadas são produtoras de insumos agrícolas e não industriais. "Em princípio não se vislumbram maiores problemas por conta disso".

FORNECEDOR DE INSUMOS

No primeiro bimestre do ano foram importados US\$ 233,5 milhões do Japão, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees), Wilson Périco, levantamentos iniciais sobre a situação mostram que o PIM não deve ser afetado. "Estivemos em contato com transportadoras e soubemos que não haverá nenhum impacto no que está previsto para sair de lá. Neste momento temos que nos solidarizar sim com a comunidade japonesa e torcer para que eles consigam se recuperar o mais rápido", afirma.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Serviços superam indústria no PIB

Beatriz Gomes

Da Redação

Manaus, Amazonas

Mesmo com o recorde de vendas do Polo Industrial de Manaus (PIM) no ano passado, o setor de serviços ultrapassou a indústria e liderou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas, ao somar R\$ 24,4 bilhões. De acordo com estimativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), o total das riquezas geradas em 2010 foi estimado em R\$ 58,2 bilhões.

Em relação a 2009, o resultado teve 10,4% de crescimento nominal, descontada a inflação. Na comparação com 2008, último PIB divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento foi de 13,8%. O PIB é o conjunto de todos os bens e serviços produzidos em valores de mercado. O cálculo do Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações da Seplan leva em consideração a participação relativa do Estado no PIB do País.

A partir da divulgação do PIB do Brasil, a Seplan calculou o PIB do Amazonas com base na participação de 1,58% dos últimos cinco anos.

No último trimestre de 2010, o valor do PIB estimado para o Amazonas foi de R\$ 15,77 bilhões, o melhor resultado do ano,

6,09% acima do terceiro trimestre, que foi R\$ 14,86 bilhões, com crescimento real de 0,95%.

Na comparação com o quarto trimestre de 2009, o aumento real foi de 10,5% e o nominal 17%. No acumulado de 2010, o crescimento nominal em relação a 2009, foi de 10,4%, quando o Estado produziu R\$ 49,58 bilhões segundo a Seplan.

O setor de serviços, que inclui setor comercial, tem participação estimada de 41,9% no total de riquezas. A indústria está em segundo lugar na participação do PIB do Estado (37,3%) e produziu R\$ 21,73 bilhões em 2010. Os impostos sobre a produção foram responsáveis por R\$ 9,74 bilhões das riquezas do Amazonas.

Segundo o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomércio), Roberto Tadros, o setor de serviços é o que possui o maior desenvolvimento e recrutamento de mão de obra, pois envolve turismo, comércio e entretenimento.

De acordo com a estimativa da Seplan, o PIB per capita do Amazonas foi R\$ 16.750, que representa a soma das riquezas dividida por cada habitante. O último resultado do Censo de 2010 realizado pelo IBGE chegou a 3,48 milhões de habitantes.

Indústria manterá ritmo lento durante o ano, indica CNI

A diminuição do ritmo de crescimento da indústria no início de 2011, comparado ao verificado ao longo de 2010, deve continuar durante o ano. A avaliação é do gerente executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco.

“A atividade industrial começou o ano de 2011 crescendo e a comparação com 2010 é positiva, mas o ritmo de crescimento é muito menor do que o que vinha sendo observado anteriormente”, afirmou o economista.

Castelo Branco disse que os primeiros meses do ano normalmente têm atividade mais moderada, mas no decorrer do ano as taxas de crescimento devem continuar baixas em relação ao ano passado porque a base de comparação é alta. No início de 2010, por exemplo, ainda estavam em vigor parte dos incentivos tributários concedidos pelo governo durante a crise.

“Além disso, o quadro macroeconômico é menos favorável. Internamente, temos o aumento dos juros e as medidas de restrição ao crédito, enquanto a economia mundial ainda não se recuperou e volta a enfrentar problemas, como a crise política dos países árabes e o terremoto no Japão”, completou.

Ontem, a CNI informou que a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) na indústria recuperou-se da queda registrada em dezembro do ano passado e aumentou 0,2 ponto porcentual, para 82,6% em janeiro. Na comparação com janeiro do ano passado, a utilização do parque instalado aumentou 1,4 ponto porcentual.

Já o faturamento real da indústria recuou 1,3% em janeiro, na comparação com o último mês de 2010 (dados dessazonalizados). Apesar de essa ser a segunda queda consecutiva, na comparação mensal, o faturamento da indústria ficou 7,9% acima do patamar

registrado em janeiro do ano passado.

Horas trabalhadas

As horas trabalhadas na indústria cresceram 0,6% em janeiro ante o mês anterior e acumulam crescimento de 3,7% ante janeiro de 2010. Ainda assim, destaca a CNI, esse indicador se mantém ao nível 3,3% inferior ao pata-

mar pré-crise, de setembro de 2008.

Apesar da queda do ritmo da atividade industrial, o emprego voltou a crescer pelo terceiro mês seguido. O indicador de novas contratações aumentou 0,2% em janeiro ante dezembro.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

COMÉRCIO

Exportações de março sobem 35%

As exportações brasileiras somam em março, até o dia 13, US\$ 6,477 bilhões, com média diária de US\$ 925,3 milhões. Esse desempenho é 35,3% superior à média de US\$ 683,8 milhões registrada em março de 2010.

Segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve crescimento nas exportações nas três categorias de produtos.

As vendas de básicos cresceram 47,6%, com destaque para as exportações de minério de cobre, trigo em grão, minério de ferro, milho em grão, carne de frango, bovina e suína, café em grão e farelo

de soja.

As vendas externas de semimanufaturados tiveram aumento de 42,1% e as principais vendas foram de ferro fundido, semimanufaturados de ferro e aço, óleo de soja em bruto, couros e peles, celulose, ferro-ligas e açúcar em bruto.

Com relação aos manufaturados, que registraram incremento nas vendas de 22,7%, o destaque ficou por conta de suco de laranja, óleos combustíveis, polímeros plásticos, partes de motores para veículos, açúcar refinado, automóveis e autopeças.

Na comparação com a média diária exportada em fevereiro (US\$ 836,7 milhões), as vendas externas tiveram aumento de 10,6%.

Empresas instaladas na orla vão ser fiscalizadas

Rafael Nobre

Da Redação

Manaus, Amazonas

Todas as empresas que têm atividades na margem esquerda do Rio Negro serão fiscalizadas, até junho, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) que vai atestar se elas estão seguindo os critérios previstos na legislação ambiental, informou, ontem, o presidente do órgão, Ademir Stroski.

O trecho que o Ipaam deve analisar começa na margem do tombamento provisório do Encontro das Águas, zona sul de Manaus, e se estende até o início do bairro Educandos, na mesma zona. De acordo com Stroski, uma equipe de técnicos do Ipaam vai começar, nos próximos dias, um levantamento detalhado do estado em que se encontra cada empresa instalada no lugar e em até 60 dias, vai apresentar um relatório detalhado sobre as alterações que as empresas terão que fazer para se enquadrar na legislação. "Toda a área da orla, não só daquela parte, mas de toda a cidade, pertence à União. E a parte que cabe ao Ipaam é verificar a questão ambiental e do espaço. As empresas que não estiverem dentro da lei terão que se



Orla será alvo de levantamento no trecho do tombamento provisório do Encontro das Águas, até o bairro Educandos / Foto: Eraldo Lopes / 26/08/09

adequar ou deixar o lugar".

O presidente do Ipaam ressaltou que o levantamento será, no primeiro momento, de caráter educacional e as empresas que estiverem irregulares terão um prazo para atender aos requisitos solicitados pelo órgão. "Quero esclarecer que nenhuma empresa irregular será fechada ou algo assim, mas elas terão que se adequar ou arcar com as multas e implicações legais", disse Stroski.

Ele listou os três critérios principais que serão considerados durante a avaliação de cada empresa: distância entre a margem do rio e a área construída da empresa; tipo

de licenciamento ambiental requerido no Ipaam e a atividade econômica praticada; e a destinação de possíveis resíduos sólidos gerados no lugar.

"Se uma empresa não é fiscalizada regularmente, como gostaríamos, ela só precisa prestar contas com o órgão uma vez por ano, quando vai renovar suas licenças ambientais. Nesse tempo entre uma renovação e outra a empresa pode muito bem exercer outra atividade, diferente daquela autorizada na licença", explicou Stroski.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Reforma do Chibatão será vistoriada

O Porto Chibatão é uma das empresas que estão na mira da fiscalização. No dia 17 de outubro do ano passado, um deslizamento de terra vitimou dois funcionários da empresa e causou R\$ 42,6 milhões em prejuízos de mercadorias do comércio e indústria locais. Ao todo, 86 carretas e 107 contêineres estavam no pátio de carga no momento do acidente.

O porto possui licença ambiental do Ipaam para realizar a reforma e não precisa de autorização do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), como explicou a diretora de operações do Implurb, Jeane Mota. "É um tipo de reforma que não tem edificação, ou seja, não

tem um prédio, uma sala, ou nada mais elaborado que um pátio e um muro. Isso não precisa de autorização e nem acompanhamento do Implurb", explicou Jeane.

A superintendente adjunta de fiscalização do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Amazonas (Crea/AM), engenheira civil Danielle Santos, afirma que o conselho não tem competência para fiscalizar obras, mesmo que o Implurb não o faça. "A atuação do Crea limita-se à verificação da participação de profissional habilitado nos serviços/obras de engenharia, arquitetura e agronomia. Consta em

nosso banco de dados, registro de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de autoria do projeto e execução do serviço no Porto Chibatão". O registro de ART é expedido pelo Crea, sendo necessário para o início de qualquer obra legal de engenharia civil.

O Ministério Público do Trabalho do Amazonas (MPT/AM) deve realizar uma visita técnica jurídica na área onde aconteceu o deslizamento e que passa por reformas desde dezembro. A visita deve conferir as condições de segurança dos operários da reforma e se as novas instalações deixarão os empregados em segurança durante o exercício da função.